

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 32\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o país	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO Por cada duas páginas...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

Gabinete do Presidente

CONVOCATÓRIA

São, por este meio, convocados os Deputados à Assembleia Nacional Popular, para a III Sessão Legislativa Ordinária da III Legislatura, que terá lugar no Palácio da Assembleia Nacional Popular, na cidade da Praia, a partir do dia 20 de Maio de 1987, com início às 10 00 horas,

Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional Popular, na cidade da Praia, aos 8 de Abril de 1987. — O Presidente, *Abílio Augusto Monteiro Duarte*.

Secretaria-Geral

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se faz público que, por decisão do Presidente da Assembleia Nacional Popular, foi designado o dia 20 de Maio de 1987, para o início da III Sessão Legislativa Ordinária da III Legislatura da Assembleia Nacional Popular, cujos trabalhos decorrerão no Palácio da Assembleia Nacional Popular, sito na Achada de Santo António — cidade da Praia, estando a Sessão Solene de abertura marcada para às 10 00 horas.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional Popular, na Praia, 8 de Abril de 1987. — O Secretário-Geral, *Pedro Gabriel Monteiro Duarte*.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 34/87:

Dá por finda a comissão de serviço de Francisco Fina Alves Vieira, no cargo de Director do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

Decreto n.º 35/87:

Nomeia Cândido Desidério Gomes Santana para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Presidente do Instituto Nacional das Cooperativas.

Decreto n.º 36/87:

Nomeia Alberto Josefá Barbosa para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Director-Geral da Empresa Caboverdeana de Pesca, E. P., PESCAVE.

Decreto n.º 37/87:

Nomeia Terêncio Santos para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Director-Geral da Empresa de Comercialização de Produtos do Mar, E. P., INTERBASE.

Decreto n.º 38/87:

Nomeia José Luís Sá Nogueira, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Presidente do Instituto Nacional de Promoção do Desenvolvimento da Pesca Artesanal, IDEPE.

Decreto n.º 39/87:

Nomeia Vicente Andrade Gomes, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Director-Geral das Pescas.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMÉRCIO E TURISMO:

Portaria n.º 22/87:

Procede à distribuição de algumas verbas globais, atribuídas pelo orçamento vigente, à Direcção-Geral da Marinha e Portos.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E URBANISMO:

Portaria n.º 23/87:

Actualiza as tarifas devidas pelo fornecimento de energia eléctrica e pelo aluguer de contadores na ilha Brava.

Portaria n.º 24/87:

Actualiza as tarifas devidas pelo abastecimento de água na ilha Brava.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Avisos e anúncios oficiais.
Anúncios judiciais e outros.

NOTA — No dia 19 de Março do corrente ano, foi publicado o 2.º Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 11/87, com o seguinte sumário:

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 25/87:

Aumenta o capital social do Instituto de Seguros e Previdência Social.

Decreto n.º 26/87:

Aprova o modelo de anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Empresas.

Decreto n.º 27/87:

Concede a nacionalidade caboverdeana a Esperança Luís Fernando Silves Ferreira.

Anúncios judiciais e outros.
Contas e balancetes diversos.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 34/87

de 25 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É dada por finda a comissão de serviço de Francisco Pina Alves Vieira, no cargo de director do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

Pedro Pires — João Pereira Silva.

Promulgado em 15 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 35/87

de 25 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado Cândido Desidério Gomes Santana, director de 1.ª classe do quadro privativo do PAICV, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de presidente do Instituto Nacional das Cooperativas.

Pedro Pires — João Pereira Silva — Arnaldo França — Renato Cardoso.

Promulgado em 15 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 36/87

de 25 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado Alberto Joséfá Barbosa, licenciado em Economia, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director-Geral da Empresa Caboverdiana de Pesca, E. P. -- PESCAVE.

Pedro Pires — João Pereira Silva — Miguel Lima.

Promulgado em 21 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDÉS MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 37/87

de 25 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado Terêncio Santos, licenciado em Engenharia, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director-Geral da Empresa de Comercialização de Produtos do Mar, E. P. -- INTERBASE.

Pedro Pires — João Pereira Silva — Miguel Lima.

Promulgado em 21 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDÉS MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 38/87

de 25 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É nomeado José Luís Sá Nogueira, técnico superior de 3.ª classe, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Presidente do Instituto Nacional de Produção de Desenvolvimento da Pesca Artesanal, IDEPE.

Art. 2.º É dada por finda a comissão de serviço do referido funcionário no cargo de Director por substituição do Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado das Pescas, a partir da data em que assumir as novas funções.

Pedro Pires — João Pereira Silva — Arnaldo França — Miguel Lima.

Promulgado em 21 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDÉS MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 39/87

de 25 de Abril

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado Vicente Andrade Gomes, director de 1.ª classe, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director-Geral das Pescas.

Pedro Pires — João Pereira Silva — Arnaldo França — Miguel Lima.

Promulgado em, 21 de Abril de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDÉS MARIA PEREIRA.

—o—

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
COMÉRCIO E TURISMO**

Portaria n.º 22/87

de 25 de Abril

Tornando-se necessário proceder à distribuição de algumas verbas globais atribuídas à Direcção-Geral de Marinha e Portos pelo orçamento do ano em curso.

Sob proposta da Direcção-Geral de Marinha e Portos, ouvida previamente o Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo o seguinte:

Artigo 1.º As verbas globais da tabela de despesa ordinária do orçamento vigente atribuídas à Direcção-Geral de Marinha e Portos são distribuídas como a seguir se discrimina, depois de deduzidos os 10% da reserva legal:

Capítulo 1.º, divisão 4.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.42 — Remunerações de pessoal diverso:

Dotação orçamental ...	58 000\$00
Dedução de 10% ...	5 800\$00

Dotação utilizável ...	52 200\$00
Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	23 400\$00
Delegação Marítima de Santo Antão ...	7 200\$00
Delegação Marítima de S. Nicolau ...	7 200\$00
Delegação Marítima do Sal... ..	7 200\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	7 200\$00

Código 2 — Gratificações:

Dotação orçamental ...	67 200\$00
Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	9 600\$00
Delegação Marítima de Santo Antão ...	28 800\$00
Delegação Marítima de S. Nicolau ...	9 600\$00
Delegação Marítima do Sal... ..	19 200\$00

Código 14 — Deslocações — Compensação de encargos:

Dotação orçamental ...	500 000\$00
Dedução de 10% ...	50 000\$00

Dotação utilizável ...	450 000\$00
------------------------	-------------

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	405 000\$00
Delegação Marítima de Santo Antão ...	15 000\$00
Delegação Marítima de S. Nicolau ...	10 000\$00
Delegação Marítima do Sal... ..	10 000\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	10 000\$00

Código 29 — Aquisição de serviços — Locação de bens:

Dotação orçamental ...	27 000\$00
Dedução de 10% ...	2 700\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	24 300\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	300\$00
Delegação Marítima de S. Nicolau... ..	24 000\$00

Código 30 — Aquisição de serviços — Transportes e comunicações:

Dotação orçamental ...	270 000\$00
Dedução de 10% ...	27 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	243 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	235 000\$00
Delegação Marítima de Santo Antão ...	2 000\$00
Delegação Marítima de S. Nicolau... ..	2 000\$00
Delegação Marítima do Sal... ..	2 000\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	2 000\$00

Serviço de farolagem e semaforicos:

Capítulo 1.º, divisão 4.ª, subdivisão 3.ª — Código 2 — Gratificações:

Dotação orçamental ...	36 000\$00
Dedução de 10% ...	3 600\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	32 400\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	10 800\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	21 600\$00

Código 14 — Deslocações — Compensação de encargos:

Dotação orçamental ...	80 000\$00
Dedução de 10% ...	8 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	72 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	30 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	35 000\$00
Delegação Marítima do Fogo ...	2 000\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	5 000\$00

Código 21 — Bens duradouros — Outros:

Dotação orçamental ...	20 000\$00
Dedução de 10% ...	2 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	18 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	10 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	8 000\$00

Código 23 — Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes:

Dotação orçamental ...	700 000\$00
Dedução de 10% ...	70 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	630 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	416 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	30 000\$00
Delegação Marítima do Sal... ..	8 000\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	145 000\$00

Delegação Marítima de S. Nicolau ...	10 000\$00
Delegação Marítima do Maio ...	6 000\$00
Delegação Marítima do Fogo ...	6 000\$00
Delegação Marítima da Brava ...	9 000\$00

Código 26 — Bens não duradouros — Consumos de Secretaria:

Dotação orçamental ...	20 000\$00
Dedução de 10% ...	2 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	18 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	10 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	8 000\$00

Código 27.º — Bens não duradouros — Outros:

Dotação orçamental ...	100 000\$00
Dedução de 10% ...	10 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	90 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	43 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	35 000\$00
Delegação Marítima de Santo Antão ...	12 000\$00

Código 28 — Aquisição de serviços — Encargos das instalações:

Dotação orçamental ...	50 000\$00
Dedução de 10% ...	5 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	45 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	19 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	20 000\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	6 000\$00

Código 30 — Aquisição de serviços — Transportes e comunicações:

Dotação orçamental ...	200 000\$00
Dedução de 10% ...	20 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	180 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	120 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	45 000\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	12 000\$00
Delegação Marítima do Fogo ...	3 000\$00

Código 31 — Aquisição de serviços não especificados:

Dotação orçamental ...	292 000\$00
Dedução de 10% ...	29 200\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	262 800\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	153 800\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	85 000\$00
Delegação Marítima de Santo Antão ...	6 000\$00
Delegação Marítima de S. Nicolau... ..	6 000\$00
Delegação Marítima do Sal... ..	3 000\$00
Delegação Marítima da Boa Vista ...	9 000\$00

Código 48 — Investimento — Construções diversas:

Dotação orçamental ...	600 000\$00
Dedução de 10% ...	60 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	540 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	440 000\$00
Departamento Marítimo de Sotavento ...	100 000\$00

Sódigo 62 — Investimentos—Maquinaria e equipamentos:

Dotação orçamental ...	30 000\$00
Dedução de 10% ...	3 000\$00
<hr/>	
Dotação utilizável ...	27 000\$00

Direcção-Geral de Marinha e Portos ...	22 000\$00
Departamento Marítimo de Sotaventô ..	5 000\$00

Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, 24 de Março de 1987. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E URBANISMO

Direcção-Geral da Administração Interna

Portaria n.º 23/87
de 25 de Abril

Tendo o Conselho Deliberativo deliberado, na sua reunião de 17 de Fevereiro de 1986, actualizar a tarifa devida pelo fornecimento de energia eléctrica e as taxas devidas pelo aluguer de contadores, na ilha Brava;

Ouvida a Direcção-Geral da Administração Local;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Administração Local e Urbanismo, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. A tarifa devida pelo fornecimento ao domicílio de energia eléctrica é de 17\$50/Kw, na vila de Nova Sintra;

2. As avenças mensais a praticar são de 300\$ e 200\$ respectivamente, em Nova Sintra e Nossa Senhora do Monte;

3. O consumo mínimo admissível é de 17,5 Kw.

Art. 2.º As taxas devidas pelo aluguer de contadores de energia, são as seguintes:

a) Contador monofásico ...	25\$00
b) Contador trifásico ...	55\$00

Art. 4.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério da Administração Local e Urbanismo, 25 de Abril de 1987. — O Ministro, *Tito Ramos*.

Portaria n.º 24/87
de 25 de Abril

Tendo o Conselho Deliberativo da Brava deliberado, na sua reunião de 17 de Fevereiro de 1986, actualizar a tarifa devida pelo abastecimento de água na ilha Brava;

Ouvida a Direcção-Geral da Administração Local;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Administração Local e Urbanismo o seguinte:

Artigo 1.º A avença mensal a praticar é de 500\$.

Art. 2.º O custo de água por tonelada é de 80\$.

Art. 3.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério da Administração Local e Urbanismo, 25 de Abril de 1987. — O Ministro, *Tito Ramos*.

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 17 de Fevereiro de 1987:

Manuel do Rosário de Pina Monteiro, compositor-litotipista da Imprensa Nacional — punido com a pena do n.º 7 do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo, graduada em um ano de inactividade.

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 12 de Janeiro de 1987:

Paulina Maria Soares de Brito e Sílvia Delgado Costa — habilitadas com o Curso de Formação de Ajudantes de Escrivão — nomeadas, nos termos do n.º 2 do artigo 48.º do Estatuto do Pessoal Judiciário, conjugado com o artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercerem, provisoriamente, o cargo de ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível e Tribunal Regional de Santo Antão, respectivamente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 26:

Daniel Orlando Brito Évora — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de guarda-motorista de 3.ª classe, da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários, com colocação na Cadeia Central de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª código 1.2 do orçamento vigente.

De 9 de Março:

Luís Lima Cruz Oliveira — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de oficial de diligências de 3.ª classe, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Regional de Santo Antão.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 30 de Março de 1987).

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo:

De 20 de Fevereiro de 1987:

António Rocha — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe do quadro do Serviço Meteorológico Nacional, com colocação no Observatório Meteorológico do Mindelo.

Ambrósio Pereira Leal — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe do quadro do Serviço Meteorológico Nacional, com colocação na Estação Meteorológica da Praia. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Abril de 1987).

Despacho do Camarada Ministro das Forças Armadas e da Segurança;

De 11 de Março de 1987:

Francisco Mendes Semedo, agente das Forças de Segurança e Ordem Pública — exonerado, das referidas funções, a seu pedido, com efeitos a partir da data do respectivo despacho.

João Baptista Dias, agente das Forças de Segurança e Ordem Pública — exonerado, das referidas funções a seu pedido, a partir da data do despacho.

Despachos do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 8 de Outubro de 1986:

Ángelo Leodegário Pedro Lopes de Almeida, **João Silva Moreira** e **Maria Júlia Lopes Roberto** — nomeados, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, para exercerem, provisoriamente, o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 8 de Novembro:

Carlos Alberto Ramos Dias — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 154/81, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico profissional de 1.º nível de 3.ª classe, dos Serviços Regionais do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 30 de Março de 1987).

De 5 de Janeiro de 1987:

Nelson Lopes Sousa Pinto — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico de 3.ª classe, dos Serviços Regionais do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas:

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 2 de Abril de 1987)

De 23 de Fevereiro:

José António Pinto Monteiro e **João de Deus da Fonseca**, técnicos superiores de 2.ª classe, provisórios, da Direcção-Geral de Pecuária do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — nomeados, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 7 de Abril de 1987).

De 8 de Abril:

Augusto Alfredo Ferreira, condutor-auto de 3.ª classe do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — transferido, para a Repartição Concelhia do mesmo Ministério, na ilha da Boa Vista.

De 14:

Dinora Mendes Andrade Fernandes, escriturária-dactilógrafa principal, de nomeação definitiva, do Gabinete da Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — concedidos 6 (seis) meses de licença registada, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo.

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 17 de Outubro de 1986:

Alfredo Ribeiro Agues — revalidada a nomeação como professor de posto escolar de serviço eventual e colocado na Escola n.º 1 da vila do Maio.

De 16 de Dezembro:

Maria de Fátima Silva Fernandes — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual e colocada na Escola n.º 17, de Librão, concelho de Santa Catarina.

As despesas têm cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Justino Rodrigues Moniz Pereira — nomeado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º oficial do Instituto de Acção Social Escolar.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, n.º 1 do orçamento do Instituto de Acção Social Escolar. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 7 de Abril de 1987).

De 28 de Janeiro de 1987:

Manuel de Jesus Santos, professor do Ensino Básico Elementar, provisório — concedida a mudança de escalão correspondente à 1.ª classe, de 2.º nível, nos termos do

n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 59.º do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «J», com efeitos a partir de 19 de Agosto de 1986.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 20 de Abril de 1987).

De 18 de Fevereiro:

Catarina Veiga de Sena, professora de 2.º nível, 1.ª classe, do quadro do Ensino Básico Elementar — dada por finda a comissão no cargo de subinspectora escolar do concelho da Praia.

De 20:

Helena Augusta Lopes Tavares — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de es-
criturário-dactilógrafo de 2.ª classe do Liceu «Domingos Ramos».

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 28.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Março de 1987).

De 19 de Março:

José António Gonçalves Avelino — nomeado professor de posto escolar de serviço eventual, na Escola 23 de Chã de Feijoaal, concelho do Porto Novo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Filomeno Ortet Lopes Tavares, professor de 4.º nível 3.ª classe, em comissão de serviço como director da Escola do Ensino Básico Complementar de Santa Catarina — autorizado, para, nos termos do n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79 de 31 de Dezembro, e, em regime de acumulação, leccionar no Liceu de Santa Catarina, durante o ano lectivo de 1986/87, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 1986.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 29.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

Eunice Aldevina Neves Tomar, professora de 4.º nível, 3.ª classe, em exercício no Liceu «Domingos Ramos» — concedida a mudança de classe correspondente a 4.º nível, 2.ª classe, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do mesmo diploma, ficando com o vencimento correspondente à letra «D», com efeitos a partir de 20 de Outubro de 1986.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 26.ª, sub-divisão 1, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

Maria Rosa Vaz Moniz e Márcia Baptista de Carvalho — contratadas, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para prestação de serviço docente durante o ano lectivo 1986/87, na categoria de professor de posto escolar, com colocação na Direcção de Educação Extra-Escolar, Divisão de Alfabetização e Educação de Adultos, indo substituir, respectivamente Porfírio Maria dos Santos e Mário Horta Moreira, com efeitos a partir de 19 de Março de 1987.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 32.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Maria dos Reis Monteiro Gomes técnica superior de 2.ª classe, da Direcção da Educação Extra-Escolar — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionamento.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 32.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

De 20:

Álvaro de Carlos Alberto Monteiro — contratado para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1987, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, com colocação no Liceu «Domingos Ramos», nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 8 de Março de 1987.

Júlia Adalzira de Oliveira Ramos — contratada, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1986/87, na categoria de professora de 4.º nível, 3.ª classe, com colocação no Liceu «Domingos Ramos», com efeitos a partir de 9 de Março de 1987.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 28.ª, sub-divisão 1.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Oswaldo Rocha Jorge — contratado, nos termos da alínea c) do artigo 67.ª do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1986/87, na categoria de mestre de oficinas de 3.ª classe, com colocação na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, indo ocupar a vaga deixada por Francisco Augusto Neves Coelho, com efeitos a partir de 1 de Abril de 1987.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 30.ª código 1.2 do orçamento vigente.

De 23:

Maria das Dores Velhinho Rodrigues, monitora especial de trabalho manuais, provisória — nomeada, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de professor de 3.º nível, 3.ª classe, da Escola do Ensino Básico Complementar de Achada Santo António, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1987.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

João Baptista Varela Pereira — nomeado professor de posto escolar de serviço eventual e colocado na Escola n.º 39, de Curral Velho, concelho de Santa Catarina, na vaga deixada pelo professor João Baptista dos Santos Xavier.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 24:

Helena Isabel Benoliel Chantre — contratada, nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1986/87, na categoria de monitora especial com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar «Jorge Barbosa», indo ocupar a vaga deixada por António Carlos Pereira Brito.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

De 8 de Abril:

Fernanda Maria Brito Leitão Marques Vera-Cruz Pinto, licenciada em História — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 21 de Abril de 1987).

Despacho do Camarada Ministro da Informação, Cultura e Desportos:

De 31 de Dezembro de 1986:

Benjamim Cibrão Lima Medina Amado — contratado, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de técnico profissional de 2.º nível, 3.ª classe, da Televisão Experimental de Cabo Verde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 38.33 do orçamento vigente da TEVEC. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 9 de Agosto de 1986:

Maria Olavo Papista Rodrigues Cardoso, técnico profissional de 1.º nível, 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde — concedida a licença ilimitada, com efeitos a partir de 13 de Outubro de 1986.

De 5 de Fevereiro de 1987:

Filomena da Glória Delgado — contratada, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada em S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Abril de 1987).

Maria Augusta Tavares Pina Fernandes, técnico profissional de 1.º nível, de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Administração do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Abril de 1987).

De 13:

Rita Benvinda Silva Andrade, técnica de 3.ª classe, provisorio, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço no Hospital «Dr. Baptista de Sousa», S. Vicente — nomeada definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Abril de 1987).

De 23:

Ermelinda Ferreira, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, da Direcção-Geral das Obras Públicas — reconduzida por mais três anos, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Abril de 1987).

De 23 de Março:

Maria do Carmo Vieira Sanches Varela — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de servente da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 20 de Abril de 1987).

De 24:

Filomeno Monteiro Ortet — nomeado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Administração do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 9 de Abril de 1987).

De 30:

Lucília Maria Fernandes Levy — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 9 de Abril de 1987).

De 6 de Abril:

Orlando Teixeira de Sousa, inspector-geral do Ministério de Administração Local e Urbanismo — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 26 de Março de 1987, que é do seguinte teor:

«Que o examinado seja evacuado para o exterior para um centro de Cirurgia Vasculuar por se encontrarem esgotados os recursos locais de diagnóstico».

Despachos do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 12 de Janeiro de 1987:

Fernando Jorge Tavares Moniz — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral da Administração do Ministério das Obras Públicas.

Hermínia Maria Neves Fomes — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, inteiramente, o cargo de escriturária dactilógrafa de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Administração do Ministério das Obras Públicas.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Vistos pelo Tribunal de Contas em 7 de Abril de 1987).

De 27 de Fevereiro:

Manuel do Livramento Lopes — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de chefe de trabalho principal, da Direcção Regional das Obras Públicas de S. Vicente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 8.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visto pelo Tribunal de Contas em 30 de Março de 1987).

De 14 de Abril:

Maria de Fátima Monteiro Barros Baptista, escriturária-dactilógrafa principal da Direcção-Geral da Administração, na situação de licença registada — renovada, por mais 3 meses a referida licença com efeitos a partir de 1 de Maio de 1987.

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministério das Finanças:

De 20 de Abril de 1987:

Designa para fazerem parte do júri de concurso para provimento de vagas de chefe de secção do quadro do pessoal do Fundo de Desenvolvimento Nacional, os seguintes funcionários:

Presidente:

Pedro António Silva — director de 2.ª classe da Direcção-Geral de Finanças:

Vogais:

Amílcar Lopes — director do Gabinete do Ministro dos Transportes, Comércio e Turismo;

José Jorge Lisboa da Costa Santos — director de 2.ª classe da Direcção-Geral da Administração Pública;

Secretário:

Júlia Gonçalves — escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 6 de Março de 1987:

Armindo Gregório Ferreira, Jr., técnico superior de 1.ª classe de nomeação definitiva, da Direcção-Geral de Construção e Obras Públicas — colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto nos artigos 1.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 1 de Janeiro, a fim de frequentar, em Lisboa, um estágio nas áreas de Comércio e Materiais de Construção, por um período de 3 meses, com efeitos a partir de 18 de Março de 1987.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 5.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 2 de Abril de 1987).

Antero Madeira Galina Barbosa, director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas — colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto nos artigos 1.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, a fim de frequentar um seminário sobre «Avaliação de Projectos de Desenvolvimento e de Administração de Empréstimos» a realizar-se de 30 de Março a 15 de Maio de 1987, em Adjan — Cote D'Ivoire, com efeitos a partir da data do embarque.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Abril de 1987).

António Neves, técnico superior de 2.ª classe, do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, de nomeação provisória, prestando serviço na Direcção Regional de Santo Antão — colocado em comissão eventual de serviço, a fim de frequentar um curso nas técnicas de luta integrada contra os inimigos das culturas na German Foundation for International Development (DSE), nos termos do disposto nos artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro corrente.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 10.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Abril de 1987).

Jacinto Lopes Moreno Barros, operário qualificado de 2.ª classe (mecânico) do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — colocado em comissão eventual de serviço nos termos do disposto nos artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, por um período de 5 meses, a fim de frequentar um estágio de formação política na URSS, com efeitos a partir da data do embarque.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 3 de Abril de 1987).

De 9:

Júlio Terêncio da Silva Morais, técnico superior de 3.ª classe do Instituto Nacional de Investigação Agrária — colocado, em comissão eventual de serviço, nos termos dos

artigos 1.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, a fim de frequentar um curso intensivo nos E.U.A., de 30 de Março a 5 de Junho de 1987.

A despesa tem cabimento no subsídio atribuído ao Instituto Nacional de Investigação Agrária, código 38, n.º 1, — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

De 25 de Março de 1987:

Maria de Fátima Gomes de Pina Monteiro, 1.º oficial definitivo, desempenhando interinamente as funções de chefe de secção — colocada em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 187, de 10 de Janeiro, a fim de frequentar o curso 10 de Estatística em Tashekent — U.R.S.S. por um período de 6 meses, com efeitos a partir da data do embarque.

A despesa tem cabimento na dotação do capítulo 2.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

De 26:

Alfredo Gonçalves Teixeira, técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Estudos e Reforma Administrativa da Secretaria de Estado da Administração Pública — colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, a fim de frequentar no Instituto Nacional de Administração em Portugal o curso de Administração, nos períodos de Abril a Julho e Setembro a Dezembro do corrente ano e com efeitos a partir da data do embarque.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 10 de Abril de 1987).

De 6 de Abril

Giordano de Lagos Tourinho Medina Custódio, jornalista de 3.º nível, 2.ª classe, da Rádio Nacional de Cabo Verde — concedida a licença especial sem vencimentos, por um período de um ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 1/87, com efeitos a partir de 1 de Março de 1987.

De 10:

Sandra Maria Andrade Nobre Leite, 3.º oficial interino, da Secretaria de Estado da Administração Pública, Centro de Documentação — exonerada, a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 13 de Abril corrente.

Despachos do Camarada Director-Geral da Administração Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado da Administração Pública:

De 10 de Março de 1987:

António Calazans Monteiro, técnico de 3.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral da Construção e Obras Públicas, desligado de serviço para efeitos de aposentação, por despacho de 20 de Outubro de 1986, publicado no *Boletim*

Oficial n.º 46/86 — concedido a pensão definitiva no lugar com direito a pensão anual de 220 800\$ (duzentos e vinte mil e oitocentos escudos) fixado nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, conjugado com a alínea b) do n.º 4 do artigo 4.º do mesmo diploma, correspondente a 40 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 7 de Abril de 1987).

De 14 de Abril:

Aguinaldo Honório de Pina, condutor-auto de 1.ª classe, pesados, do Centro de Máquinas e Equipamento do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, desligado de serviço, para efeitos de aposentação, por despacho de 16 de Dezembro de 1986, publicado no *Boletim Oficial* n.º 6/87 — concedido a pensão definitiva no lugar com direito à pensão anual de 118 125\$ (cento e dezoito mil, cento e vinte e cinco escudos) fixada nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, de 1 de Março correspondente a 35 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

Desconta nas suas pensões, mensalmente, a quantia de 1 119\$70 numa dívida total de 129 885\$20 proveniente da compensação de aposentação em atraso, amortizável em 116 prestações mensais e consecutivas — (Visado pelo Tribunal de Contas em 16 de Abril de 1987).

As despesas têm cabimento na dotação do capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 17.º-A do orçamento vigente. — (Visado

De 15:

Álvaro Soares, ex-funcionário dos Serviços de Finanças — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 1 de Outubro de 1934 a 31 de Julho de 1935	—	10	1
De 1 de Outubro de 1935 a 31 de Julho de 1936	—	10	1
De 1 de Outubro de 1936 a 31 de Julho de 1937	—	10	1
De 1 de Outubro de 1937 a 31 de Julho de 1938	1	1	1
De 1 de Outubro de 1938 a 31 de Outubro de 1938	—	1	1
De 4 de Novembro de 1938 a 14 de Julho de 1949	10	8	11
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.	2	10	15
Total	17	3	1

Domingos João Rodrigues, vigia portuário, da ex-Junta Autónoma dos Portos — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 2 de Dezembro de 1964 a 4 de Julho de 1975	10	7	3
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.	2	1	12

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Dezembro de 1982	7	5	27
Total	20	2	12

João Teresa Santos, contínuo, da ex-Junta Autónoma dos Portos — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 1 de Janeiro de 1963 a 4 de Julho de 1975	12	6	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.	2	6	—

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Dezembro de 1982	7	5	27
Total	22	6	1

Cândido José Rocha, vigia portuário da ex-Junta Autónoma dos Portos — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 1 de Julho de 1971 a 4 de Julho de 1975	4	—	4
Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.	—	9	18

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Dezembro de 1982	7	5	27
Total	12	3	19

Eduardo Miguel Costa, 3.º oficial da ex-Junta Autónoma dos Portos — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 14 de Setembro de 1965 a 5 de Julho de 1975	9	9	21
Aumento de 1/5 nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.	1	11	16

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Dezembro de 1982	7	5	27
Total	19	3	4

João Meneses Lopes, fiel de báscula da ex-Junta Autónoma dos Portos — conta para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

À Administração Colonial Portuguesa:

	A	M	D
De 1 de Maio de 1948 a 31 de Dezembro de 1961	13	8	1
De 20 de Fevereiro de 1967 a 4 de Julho de 1975	8	4	15

Aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo. 4 4 27

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 30 de Junho de 1982	6	11	26
Total	33	5	9

Despacho do Camarada Director-Geral de Finanças:

De 7 de Abril de 1987:

Maria de Fátima de Jesus Évora Gomes, maior, residente em Ponta do Sol, ilha de Santo Antão — confirmada, nos termos do § 1.º do artigo 75.º do Regulamento de Fazenda de 3 de Outubro de 1901, a sua designação como proposto do tesoureiro de Finanças do concelho da Ribeira Grande, Bento Antão Lima Oliveira.

Despacho do Camarada Director do Hospital «Dr. Baptista de Sousa», por delegação do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 24 de Março de 1987:

Maria Odete Gonçalves Costa, funcionária de Repartição de Expediente, do Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 19 de Março de 1987, que é do seguinte teor:

«Consideram-se justificadas as faltas dadas de 26 de Janeiro a 26 de Fevereiro».

Lista de classificação final dos candidatos admitidos no concurso de promoção à 2.ª oficiais da Direcção-Geral da Administração Central do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, conforme o anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 27/86, de 7 de Julho, devidamente homologada por despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas de 5 de Fevereiro de 1987:

- 1.º Alfredo Manuel Sena Monteiro ... 16,9 valores
- 2.º Hermínio Monteiro Lopes 15,4 »
- 3.º Mário Augusto R. Tavares 9 »

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que foram visados pelo Tribunal de Contas, nas datas a seguir indicadas, os contratos de prestação de serviço dos seguintes docentes, publicados nos *Boletins Oficiais* adiante designados:

Em 30 de Março de 1987:

Jacinto Cabral Pereira, *Boletim Oficial* n.º 3/87.
Ana Paula de Almeida Pires, Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 44/86.

Mara José Andrade Martins Gomes, Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 44/86.

Inês de Pina Cardoso, *Boletim Oficial* n.º 12/87,

Em 2 de Abril:

Marcelina Almeida Correia, Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 44/86.

Em 3:

Anita Barbosa Amado, Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 44/86.

Em 10:

João Baptista dos Santos Xavier, *Boletim Oficial* n.º 3/87.
José Maria Lopes Varela, Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 44/87.

Maria de Fátima Duarte Santos, *Boletim Oficial* n.º 46/86.

Em 20:

Maurílio Furtado Tavares, *Boletim Oficial* n.º 3/87.

De 21:

Aldino dos Reis Sousa, *Boletim Oficial* n.º 3/87.

RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 9/87, páginas 116, o despacho do Camarada Ministro da Educação de 4 de Outubro, relacionado com a nomeação provisória de Ana Maria Gomes Teixeira Delgado Freire, no cargo de professora de posto escolar, novamente se publica a parte que interessa:

Onde se lê:

Ana Maria Gomes Teixeira

Deve ler-se:

Ana Maria Gomes Teixeira Delgado Freire

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 13/87, de 28 de Março, o despacho do Camarada Ministro da Educação de 27 de Janeiro de 1987, respeitante ao professor de 3.º nível, 3.ª classe, João Manuel Silva Ferreira Pires, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

João Manuel Pires Ferreira

Deve ler-se:

João Manuel Silva Ferreira Pires

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 22 de Abril de 1987. — O Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção-Geral da Administração Pública

ANÚNCIO DE CONCURSO

De harmonia com o despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças, de 20 de Abril de 1987, se torna público que pelo prazo de 60 dias a contar da publicação do presente anúncio, se acha aberto concurso de provas práticas para o preenchimento de um lugar de chefe de secção do Fundo de Desenvolvimento Nacional.

É convocada como candidata obrigatória, o primeiro oficial a seguir designado que atingiu o tempo legal para a promoção:

1. Maria de Fátima Fortes.
2. Que o programa de concurso, abranja as seguintes matérias:

a) Noções sobre:

- Estatuto e Programa do P.A.I.C.V.;
- Constituição Política de Cabo Verde

b) Estatuto do Funcionalismo, legislação publicada sobre a Função Pública e Estatuto do Fundo de Desenvolvimento Nacional.

c) Contabilidade pública.

— Noções.

- Conta corrente, balancetes, orçamento geral do Estado, sua elaboração e execução, receitas e despesas, vencimento, ajuda de custo, horas extraordinárias, abono de família.

d) Direito administrativo:

- Noções gerais de hierarquia das leis, interpretação, normas jurídicas, actos administrativos, reclamações e recursos, efeitos do caso julgado, ratificação, revogação e nulidades de actos administrativos.

e) Administração Central:

- O Conselho de Ministro, os Membros do Governo;
- Orgânica dos Ministérios;
- O Programa do Governo.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 22 de Abril de 1987. — O Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde

Alfândega da Praia

EDITAL

Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes, Director da Alfândega da Praia.

Nos termos do disposto no artigo 675.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas, aprovado pelo Decreto n.º 43 199, de 29 de Setembro de 1960, faço saber que no próximo dia 30 de Abril do corrente ano, pelas 9 horas, no recinto desta Alfândega se procederá à venda em hasta pública (3.ª praça) da mercadoria abaixo discriminada e constante do processo administrativo n.º 90/83.

Lote único: Constituído por 1 automóvel ligeiro para transporte de pessoas, marca «Peugeot 504 Station», a diesel, matrícula estrangeira 94 — MG — 98, cor branca, cilindrada 2 304 CC, com primeira circulação em 1982 e respectiva roda sobressalente, por qualquer valor.

A mercadoria será arrematada no estado em que se encontra e o valor da praça será acrescido da percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E, para constar e devidos efeitos, se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume, publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega da Praia, aos 13 de Abril de 1987. — O Director, *Aguinaldo Severino Pires Ferreira de Moraes*,

(152)

Alfândega do Mindelo

EDITAL

António Lima Araújo, director da Alfândega do Mindelo.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393 de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos ou consignatários das mercadorias abaixo designadas con tantes dos autos do Processo Administrativo n.º 6/87, a despachá-las no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 (um) frigorífico vindo de Roterdão no n/m «ILHA DO KOMO», entrado em 4 de Março de 1985, sob a c/m 122/85, com a marca S. SERAFIM PIREZ;

1 (uma) palete, com folhas de aço, vindo de Roterdão, no n/m «ILHA DO KOMO», entrado em 1 de Março de 1985, sob a c/m 122/85, com marca CABNAVE;

35 cartões com confeitos vindos de Lisboa no n/m «ELSIE», entrado em 30 de Janeiro de 1985, sob a c/m 64/85, com marca JOSÉ ROCHA HERS;

15 (quinze) rolos com tecidos, revestidos de plástico, vindos de Leixões no n/m «RUI DE PINA», entrado em 29 de Dezembro de 1985, sob a c/m 571/85, com marca B.C.D.S.;

1 (um) caixote, com peças diversas, vindo de Lisboa no n/m «SANTO ANTÃO», entrado em 2 de Abril de 1985, sob a c/m 166/85, com marca JOÃO DA CRUZ LIMA;

4 (quatro) grades com esferovite, descarregados a mais do n/m «RUI DE PINA», entrado em 15 de Outubro de 1986, sob a c/m 349/86, com marca CABNAVE;

20 (vinte) cartões com papel higiénico, descarregados a mais do n/m «ELSIE», entrado em 14 de Maio de 1986, sob a c/m 163/86, com marca AGUI;

21 (vinte e um) sacos de feijão, descarregados a mais do n/m WLODIS LAW LOKEETK», entrado em 18 de Junho de 1986, sob a c/m 206/86, com marca EMPA;

18 (dezoito) paletes de madeira, vindos de Lisboa pelo n/m «ILHA DO KOMO», entrado em 17 de Fevereiro de 1987, sob a c/m 52/87 com marca EMEC;

72 (setenta e duas) malotes de tábuas e barros, vindos de Lisboa pelo n/m «INDEPENDÊNCIA», entrado em 29 de Janeiro de 1987, sob a c/m 27/87, com marca EMPA;

4 (quatro) latas de tinta vindos de New Bedford pelo n/m «SANTIAGO», entrado em 17 de Outubro de 1986, sob a c/m 347/86, com marca ANTÓNIO SILVA;

2 (dois) cartões, com queijo, descarregados a mais do n/m «FRANCISCO ARRUDA», entrado em 8 de Setembro de 1986, sob a c/m 310/86, com marca ALL-PRAIA;

1 (um) cartão, com lâminas, descarregados a mais do n/m «PEDRO REINEL», entrado em 28 de Agosto de 1986, sob a c/m 299/86, marca IDA PINTO;

E para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega do Mindelo, 9 de Abril de 1987. — O director, António Lima Araújo.

(153)

EDITAL

António Lima Araújo, director da Alfândega do Mindelo.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393 de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos ou consignatários das mercadorias constantes dos autos do Processo Administrativo n.º 7/87, a despachá-las no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

30 (trinta) latas com cola, arrecadados no armazém afiançado da RETIMAR;

4 (quatro) pneus, para automóvel vindo no n/m «SANTO ANTÃO», entrado em 9 de Setembro de 1986, sob a c/m 312/86, com marca C.G.T.M.;

1 (um) tambor com conteúdo desconhecido, com marca ROBERTO CONCEIÇÃO DOS SANTOS;

2 (dois) volumes com peças para máquina, 1 volume com material eléctrico, 1 volume com peças para navio, 4 volumes com ferragens e 1 volume com conteúdo desconhecido, constantes, respectivamente, das C. P. n.ºs 40316415, 35490, 25551024, 8223 e 71264616, todos com marca CABNAVE;

1 (um volume), com peças constante da C. P. n.º 28835822, com marca EMEC;

E, para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega do Mindelo, 9 de Abril de 1987. — O director António Lima Araújo.

(154)

EDITAL

António Lima Araújo, director da Alfândega do Mindelo.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393 de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos ou consignatários das mercadorias abaixo designadas constantes dos autos do Processo Administrativo n.º 8/87, a despachá-las no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 (uma) mala com confecções com marca JOSÉ JOÃO DOS SANTOS;

1 (uma) mala com conteúdo desconhecido sem marca. Eng.º MARQUES DA CRUZ;

1 (uma) mala com conteúdo desconhecido sem marca. 3 (três) cartões com lâmpadas fluorescentes com marca ALBERTINA SPENCER;

1 (uma) caixa com conteúdo desconhecido, 6 sacos com diversos, 5 peças auto, 1 capota de capa para automóvel, 15 sacos com roupas velhas, 3 latas vazias, 2 volumes (autoclismo e tampa sanita), 1 saco com novelos de linha e 1 cartão com tomadas, todos sem marca;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido com marca ANTÓNIO J. PIRES — Ilha do Sal;

1 (uma) maleta com conteúdo desconhecido com marca VALDEMIRO CABRAL PINA;

1 (uma) maleta com conteúdo desconhecido sem marca;

2 (dois) cartões com brinquedos com marca NICOLAU GOMES FRAGOSO;

1 (um) saco com conteúdo desconhecido com marca JOANA LANDIM;

1 (um) saco com conteúdo desconhecido com marca LUIZA DO ROSÁRIO;

1 (um) meio saco com biblós, sem marca;

2 (dois) cartões com livros com marca NATALINA M. QUERIDO — Laboratório Hospital da Praia;

1 (uma) maleta com marca ANTÓNIO PIRES Ilha do Sal;

1 (um) saco com conteúdo desconhecido sem marca;

1 (um) saco com roupas marca ANTÓNIA ÉVORA;

2 (duas) bolsas com shampoo sem marca;

E, para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega do Mindelo, 9 de Abril de 1987. — O director, António Lima Araújo.

(155)

EDITAL

António Lima Araújo, director da Alfândega do Mindelo.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393 de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos ou consignatários das mercadorias abaixo designadas constantes dos autos do Processo Administrativo n.º 9/87, a despachá-las no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido, com marca Autilio Barros;

1 (um) saco com brinquedos sem marca;

1 (um) cartão com diverso material de instalação eléctrica sem marca;

1 (uma) bolsa com conteúdo desconhecido com marca Morinho;

1 (um) embrulho com caixa de ferramentas sem marca;

1 (um) cartão com frascos de vaselina com marca Duca Almeida;

1 (um) garrafão com azeite sem marca;

1 (uma) bolsa com foguetes sem marca;

1 (uma) peça para mobiliário com marca Marcelina — Praia;

1 (uma) peça para mobiliário sem marca;

1 (um) saco com conteúdo desconhecido com marca João Maria Delgado A/C de Ilseu;

1 (um) colchão com marca Antão António Lima;

1 (um) televisor com marca Manuel José da Graça;

1 (um) encapado com ferragens com marca ENACOL;

1 (uma) caixa com conteúdo desconhecido com marca C.C.L.;

4 (quatro) peças de louça sanitária com marca Chico Cruz;

1 (um) cartão com porcas e parafusos com marca ENACOL;

1 (uma) bolsa com produtos de beleza sem marca;

1 (um) cartão com panela com marca Lucas Santos;

10 (dez) cartões com desinfectantes para casa de banho com marca Casa Serradas;

1 (uma) caixa (carga a mais de c/m 192/85) com marca ENACOL;

6 (seis) cartões e 15 embalagens de papel com marca C.G.T.M..

E, para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega do Mindelo, 9 de Abril de 1987. — O director, *António Lima Araújo*.

(156)

EDITAL

António Lima Araújo, director da Alfândega do Mindelo.

Faço saber que, nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º da Portaria Ministerial n.º 10 393 de 14 de Maio de 1943, são por este meio notificados os donos ou consignatários das mercadorias abaixo designadas constantes dos autos do Processo Administrativo n.º 10/87, a despachá-las no prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste edital, sob pena de se proceder de acordo com a lei:

9 (nove) cartões com conteúdo desconhecido com marca Arca Verde Praia — R.C.V.;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido com marca Maria da Luz dos Santos — Ducha — Fonte Filipe;

1 (um) cartão com sapatos de lona, com marca Maria A. B. Lopes;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido, com marca Maria Lopes Andrade;

1 (um) embrulho (bolsa de rede) com conteúdo desconhecido, sem marca;

1 (uma) bolsa de napa com conteúdo desconhecido, com marca Margarida Delgado;

1 (um) saco com conteúdo desconhecido marca Gregória Lopes Graça;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido marca Francisca Antónia Rodrigues;

1 (um) saco com conteúdo desconhecido marca Albertina Monteiro Chantre;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido marca Virgílio B. Livramento — Empa Praia;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido marca Maria Severina Sousa, ilha de Madeira;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido marca António Carlos Lima;

1 (um) aparelho de transmissão marca SCAPA — Praia;

1 (um) cesto velho, com conteúdo desconhecido, marca João F. Ramos;

1 (uma) bolsa com roupas usadas sem marca;

1 (um) tamborete de papelão, com conteúdo desconhecido, marca Adriano Pereira ou Aldina Pereira;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido marca Romão José Monteiro — Guiné-Bissau;

1 (um) cartão com conteúdo desconhecido marca Maria da Luz Neves Oliveira;

1 (uma) maleta velha, com conteúdo desconhecido, marca Maria Teresa Medina;

1 (um) saco plástico com roupas, 1 cartão com roupas velhas, 16 berrachas para pneu de camião, 1 câmara de ar para camião, 1 rede de nylon com diversos, 1 roça para carrinha, 1 radiador velho para camião, 1 rolo de papel, 1 filtro para motor, 1 atado com ferros, 2 roldanas, 1 rolo de fio eléctrico, e cesto com peças de motor, todos sem marca.

E, para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega do Mindelo, 9 de Abril de 1987. — O director, *António Lima Araújo*.

(157)

EDITAL

António Lima Araújo, director da Alfândega do Mindelo.

Faz saber que, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 675.º e 692.º do Estatuto Orgânico das Alfândegas deste Estado, pelas nove horas do dia 22 de Maio, à porta do edifício desta Alfândega, serão vendidas em primeira praça os seguintes lotes de mercadorias constantes dos autos do Processo Administrativo n.º 12/81:

Lote um: — Constituído por 49 chapas de ferro na base de licitação de 107 801\$ (cento e sete mil, oitocentos e um escudos);

Lote dois: — Constituído por 1 caixa e 1 volume contendo 6 manómetros, 2 mascaras de borracha, 3 mactricos, 15 pares de luvas de couro, 4 laminas de vidro, 15 óculos e 191 kgs de cabo, todos destinados ao serviço de soldadura, na base de licitação de 70 260\$ (setenta mil duzentos e sessenta escudos).

As mercadorias serão vendidas no estado em que se encontram e ao produto da arrematação será acrescida a percentagem de dez por cento sobre a qual não recairá adicional algum.

E, para constar e mais efeitos se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares públicos de costume publicando-se um exemplar no *Boletim Oficial*.

Alfândega do Mindelo, 9 de Abril de 1987. — O director, *António Lima Araújo*.

(158)

Montepio dos Servidores do Estado de Cabo Verde

EDITOS DE 90 DIAS

(2.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz saber, que foram requeridas a transmissão de pensão deixadas pelos seguintes pensionistas:

1.º Por óbito de Mário Ivo de Almeida Fonseca, a requerimento de sua viúva Albertina Maria Neves Almeida da Fonseca;

2.º Por óbito de João de Deus Lopes da Silva, a requerimento de sua viúva Matilde Correia Madeira Lopes da Silva e filha Maria Teresa Madeira Lopes da Silva;

Ficam por este editos avisados quaisquer interessados para no prazo de 90 dias a contar da segunda e última publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, deduzirem os seus direitos ou impugnam os das requerentes.

Fim do prazo dos editos, a Direcção julgará as reclamações se as houver e autorizará ou não pagamento, conforme for de direito.

Secretaria do Montepio dos Servidores do Estado de Cabo Verde, na Praia, 6 de Abril de 1987. — O Secretário da Direcção, *Daniel Andrade Sousa*.

(159)

EDITOS DE 30 DIAS

(2.ª publicação)

Para os devidos efeitos se faz saber, que foram requeridos os subsídios por morte deixados pelos seguintes pensionistas:

1.º Por óbito de Artur Lopes, a requerimento da sua viúva Maria de Lourdes M. Continho Silva Lopes.

2.º Por óbito de Maria do Rosário Melo Monteiro Évora, a requerimento de sua irmã Rosa Melo Monteiro Sousa;

3.º Por óbito de João de Deus Lopes da Silva, a requerimento de sua viúva Matilde Correia Madeira Lopes da Silva;

4.º Por óbito de Gregório Rosa Andrade, a requerimento de sua viúva Crispina dos Reis Monteiro Andrade;

5.º Por óbito de Mário Lvo Almeida Fonseca, a requerimento de sua viúva Albertina Marta Neves de Almeida Fonseca;

6.º Por óbito de Maria Isabel Mendes Furtado Cabral dos Santos, a requerimento de Domingos dos Santos, como representante dos filhos menores Maria da Luz, Alcides e Rui Mendes Cabral dos Santos.

Ficam por estes editos avisados quaisquer interessados para, no prazo de 30 dias a contar da segunda e última publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, deduzirem os seus direitos ao subsídio ou impugnarem os das requerentes.

Findo o prazo dos editos, a Direcção jugará as reclamações se as houver e autorizará ou não pagamento, conforme fôr de direito.

Secretaria do Montepio dos Servidores do Estado de Cabo Verde, na Praia, 6 de Abril de 1987. — O Secretário da Direcção, Daniel Andrade Sousa.

(160)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas n.º 7/C, de folhas 12 a 16 com a data de 16 de Março do ano em curso, foi constituída entre José Lourenço Freire de Andrade, Eulália Fernandes de Andrade, Dr.ª Sara Maria Freire de Andrade Rodrigues Boal e Jorge Baluka Boal uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada José Lourenço Freire de Andrade, Limitada, nos termos e sob as cláusulas dos artigos seguintes:

Artigo Primeiro

A sociedade adopta a firma José Lourenço Freire de Andrade Ld.ª com sede na vila do Tarrafal, e continua as actividades da primitiva firma individual de José Lourenço Freire de Andrade.

Parágrafo único — Por deliberação dos sócios tomadas em Assembleia Geral, poderão ser criadas filiais ou sucursais em qualquer localidade do país.

Artigo Segundo

O objecto social é o exercício de comércio por grosso e a retalho, podendo, contudo, mediante deliberação da Assembleia Geral dedicar-se a qualquer outra actividade que não seja proibida por lei.

Artigo Terceiro

A duração da sociedade é por tempo indeterminado e o início da sua actividade terá lugar a partir da data desta escritura.

Artigo Quarto

O capital social, integralmente realizado, é de cinco milhões de escudos assim distribuídos:

José Lourenço Freire de Andrade, com a quota de dois milhões de escudos;

Eulália Fernandes de Andrade, com a quota de um milhão e quinhentos mil escudos;

Sara Maria Freire de Andrade Rodrigues Boal, com a quota de setecentos e cinquenta mil escudos; e

Jorge Baluka Boal, com a quota de setecentos e cinquenta mil escudos.

Parágrafo único — Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, mediante as condições estabelecidas por deliberação a tomar em Assembleia Geral.

Artigo Quinto

O capital social poderá ser elevado uma ou mais vezes por subscrição de novas quotas ou admissão de novos sócios.

Artigo Sexto

A cessão de quotas entre sócios é livre, mas a terceiros só poderá efectuar-se com o consentimento da sociedade, a quem fica reservado o direito de preferência.

Artigo Sétimo

A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios José Lourenço Freire de Andrade e Eulália Cândida Fernandes de Andrade, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro — Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os actos e contratos, basta a assinatura de um dos gerentes nomeados.

Parágrafo segundo — A sociedade poderá nomear procurador que obrigará a sociedade nos termos, condições e limites dos respectivos mandatos, inclusive para os fins consignados no artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial vigente, e os sócios-gerentes poderão delegar os seus poderes, no todo ou em parte.

Parágrafo terceiro — A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor ou em contratos, actos ou documentos estranhos aos fins sociais.

Artigo Oitavo

A Assembleia Geral, deliberará sobre as condições da prestação de trabalho à sociedade pelos sócios.

Artigo Nono

Quando a lei não impuser outras formalidades especiais às reuniões da Assembleia Geral, estas serão convocadas por carta registada com aviso de recepção aos sócios com pelo menos trinta dias de antecedência.

Artigo Décimo

As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria absoluta de votos, salvo quando por lei seja exigida maioria qualificada.

Artigo Décimo Primeiro

Surgindo divergências entre os sócios, sobre assuntos dependentes de deliberação social, não poderão os mesmos recorrer a decisão judicial, sem que previamente, os casos tenham sido submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Artigo Décimo Segundo

A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei e a partilha procederão os sócios conforme acordarem e for de direito.

Parágrafo único — A sociedade, em caso de morte ou interdição de qualquer sócio, continuará com os restantes e com os herdeiros do sócio falecido ou interdito, salvo se estes preferirem apartar-se da sociedade. Neste caso proceder-se-á ao balanço e os herdeiros receberão o que se apurar pertencer-lhes e que lhes será pago pela forma a combinar entre os sócios.

Artigo Décimo Terceiro

O ano social é o civil, pelo que se procederá a balanço geral dos negócios da sociedade, com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado e assinado até trinta e um de Março do ano imediato.

Artigo Décimo Quarto

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzido o fundo de reserva legal, no mínimo de cinco por cento, serão divididos em partes proporcionais às quotas de cada sócio e creditados nas respectivas contas, não podendo ser levantados senão após deliberação em Assembleia Geral. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos.

Artigo Décimo Quinto

Qualquer alteração ao pacto social deverá obedecer o estatuído no artigo quadragésimo primeiro da lei das Sociedades por quotas vigente.

Artigo Décimo Sexto

Em todos os casos omissos prevalecerá o que for deliberado entre os sócios e as disposições da lei das sociedades por quotas em vigor.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos catorze dias do mês de Abril de mil novecentos e oitenta e sete. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Artigo 18.º, n.º 1 e 2 ...	100\$00
C. G. J.	10\$00
T. R.	9\$00
Selos	105\$00

Soma 224\$00

São: (duzentos e vinte e quatro escudos). — Conferida por *Joaquim Rodrigues*. Registado sob o n.º 2608/87.

(161)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe do Fogo

CERTIDÃO

Matias Dias de Sousa, Conservador/Notário, substituto legal, da Conservatória dos Registos e do Notariado da ilha do Fogo:

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que nesta Conservatória dos Registos e do Notariado a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas, número quatro barra A — duzentos e sessenta e nove, de folhas vinte e oito verso a vinte e nove verso, se encontra

exarada uma escritura de habilitação notarial, por óbito de Deolinda Barbosa Vicente de oitenta e cinco anos de idade, no estado de viúva, a qual era natural desta freguesia de Nossa Senhora da Conceição, ilha do Fogo, residente que foi nesta cidade, sem testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade.

Mais certifico que na operada escritura foram declarados como únicos herdeiros os seus filhos: António Barbosa Brandão, casado, proprietário, natural da freguesia de S. Lourenço, residente em S. Jorge; Josefa Brandão Fernandes, divorciada, natural da freguesia de S. Lourenço, residente nos Estados Unidos de America do Norte na rua Shirley, n.º 30 cidade de Rouxbury; Raúl Barbosa Vicente Rodrigues, casado, funcionário público, natural da freguesia de S. Lourenço, residente em S. Filipe e Gaudêncio Barbosa Vicente, casado, trabalhador, natural da freguesia de S. Lourenço, residente em S. Filipe.

Que não há outras pessoas que, segundo a lei a preferam ou que com eles possam concorrer à sucessão.

Que não lugar a inventário obrigatório, pois que os referidos herdeiros são todos maiores e com residências conhecidas e que na herança existem bens.

Está conforme o original,

Conservatória dos Registos e do Notariado da Ilha do Fogo, aos seis de Abril de mil novecentos e oitenta e sete. — O conservador/notário, substituto, *Matias Dias de Sousa*.

CONTA N.º 11/87:

Art. 18.º, n.º 1 e 2	70\$00
C. G. J.	7\$00
Reembolso	3\$00
Selos	45\$00
Total	125\$00

(São cento e vinte e cinco escudos).

(162)

Viriato Gomes Marta & Filhos, Lda

CONVOCATÓRIA

A Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, Viriato Gomes Marta & Filhos, Lda, com sede na vila de Assomada, convoca os sócios para uma reunião extraordinária da Assembleia Geral, a ter lugar na mesma vila no próximo dia 25 de Maio do corrente ano, pelas 18 horas, com a seguinte ordem do dia:

- 1 — Deliberar sobre o aumento do capital social para esc. 5 000 000\$ (cinco milhões de escudos);
- 2 — Conferir poderes a um sócio para outorgar em representação da Sociedade, na escritura do aumento do capital.

Praia, 21 de Abril de 1987. — O Sócio-gerente, *Viriato Gomes Marta*.

Segue-se o reconhecimento.

(163)